

Resenha

Simón Bolívar e as Questões Essenciais da América Latina

Alexandre Ganan de Brites Figueiredo^(*)

Dentre os protagonistas da Revolução de Independência, Simón Bolívar foi o mais importante, não tanto por ter comandado exércitos nas guerras pela emancipação quanto pelo fato de a obra que legou permanecer uma referência para o pensamento latino-americano. Ao longo de sua carreira de político e militar, desde a missão diplomática que chefiou em nome da Junta de Caracas, criada após a deposição do vice-rei espanhol em abril de 1810, até sua morte, quando navegava pelo rio Magdalena rumo ao exílio, em 1830, Bolívar produziu uma obra vasta e complexa. Manuel Pérez Vila, organizador do volume dedicado a Bolívar pela Biblioteca Ayacucho, refere-se a mais de 10 mil documentos dentre projetos constitucionais, manifestos, decretos, cartas, discursos etc. (BOLÍVAR, 2009, p. XXIX), produzidos ao longo de 20 anos.

Nascido em 24 de julho de 1783, filho de uma das famílias mais ricas das colônias espanholas, até os 20 anos Bolívar teve uma vida comum a seu grupo social. Após uma viagem pela Espanha, casa-se em Caracas em 1802, ficando viúvo poucos meses depois. Sob o impacto da morte prematura da esposa, decide voltar à Europa. Nessa segunda viagem, Bolívar travará contato profundo com as ideias da Revolução Francesa e reencontrará seu antigo professor, Simón Rodríguez, ao lado de quem conhecerá a França e a Itália. Encontrar-se-á com Alexander von Humboldt (de quem ouvirá que a América estava madura para a independência, faltando apenas o homem que a liderasse) e assistirá às comemorações pela coroação de Napoleão. Em Roma, aos 24 anos, ele faz o famoso e mítico juramento de libertar sua pátria do domínio colonial. Retorna à Venezuela em 1807 e já se envolve em clubes literários que eram um pretexto de reunião para os que conspiravam pela independência.

Quando é criada a Junta de Caracas, Bolívar é nomeado chefe de missão diplomática destinada a obter apoio dos ingleses à causa. Não obtém sucesso, mas traz de volta à América Francisco de Miranda, principal figura da Primeira República, cuja independência é proclamada em 5 de julho de 1810. Com a derrota dessa primeira experiência, em 1812, Bolívar vai à Cartagena e se alista nas forças defensoras da Nova Granada, então também

(*) Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP. E-mail: <figueiredosp@yahoo.com.br>.

no caminho da independência. Recebe uma pequena tropa e, contrariando ordens recebidas, inicia uma campanha para libertar o Rio Magdalena que culminará com a invasão da Venezuela e a tomada de Caracas, fazendo nascer a Segunda República em agosto de 1813. Cairá novamente ante as armas espanholas, de Pablo Morillo, e as forças dos *llaneros* de José Tomás Boves, rumando para mais um exílio. Em 1815, está na Jamaica, onde escreve sua Carta Profética. De lá, parte para o Haiti, onde recebe o apoio do presidente Alexandre Petión.

Com 250 homens (entre eles, vários exilados venezuelanos), Bolívar retorna à Venezuela, ocupando a região de Angostura e recrutando indígenas e escravos para o exército libertador. A aliança com José Antonio Páez, novo líder dos *llaneros*, lhe traz o apoio que faltava no interior do país e dá uma base social clara para seu exército. Em fevereiro de 1819, é realizado o Congresso de Angostura, que funda a Terceira República. Com o apoio de Páez, Bolívar comanda a expedição que liberta a Nova Granada naquele mesmo ano. Consegue que os congressos aprovem a unificação com a Venezuela, criando a Grande Colômbia, sendo eleito presidente e tendo o granadino Francisco de Paula Santander como vice. Em abril de 1821, entra novamente em Caracas, após a derrota dos espanhóis em Carabobo.

Em maio de 1822, encontra-se com José de San Martín, na cidade Guayaquil. A reunião, envolta em mistério, teve como resultado a partida de San Martín para o exílio. Assim, em 1823, Bolívar deixa a presidência a cargo de Santander e parte para libertar o Peru, para onde já havia enviado Antonio José de Sucre, o preferido entre seus generais. Em 1824, Bolívar vence a Batalha de Junin e Sucre derrota definitivamente os espanhóis em Ayacucho, no dia 9 de dezembro. O Alto Peru recebe o nome de Bolívia, em homenagem ao Libertador, e se torna uma república independente. O projeto de Constituição da Bolívia, prevendo uma presidência vitalícia e um Senado hereditário, trará para Bolívar a pecha de defensor de uma monarquia sem rei, que alimentará a oposição a seus planos. No mesmo ano, Bolívar convida os estados hispano-americanos para a formação de uma confederação, em um congresso que aconteceria no Panamá, em 1826. Porém, existe oposição a seus planos entre os países convidados (Chile e as Províncias Unidas do Rio da Prata se recusaram) e no interior da Grande Colômbia, prestes a se consumir em guerras civis por conta das rivalidades provocadas pelos localismos. A tendência à desintegração prevalece e cresce a oposição a Bolívar, vítima de um atentado que quase o levou à morte em 1827. Sucre será assassinado em 1830 e, no mesmo ano, a Grande Colômbia se divide em Venezuela, Colômbia e Equador. Bolívar morre em dezembro de 1830, quando navegava rumo ao exílio⁽¹⁾.

A independência não foi o que ele desejava, mas seu pensamento continua uma referência porque as questões que formulou ainda continuam presentes. Zea (1980) afirma que a formulação de questões essenciais foi o grande mérito intelectual de Bolívar. O Libertador entende que a base de qualquer projeto político deve ser a definição do homem americano. Na Carta Profética (ou Carta da Jamaica), ele apresenta a América como um objeto imenso, variado e desconhecido, do qual pouco realmente se sabe. Essa ignorância quanto à realidade

(1) Para referências biográficas de Bolívar: BUSHNELL, David. *Simón Bolívar, proyecto de América*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007. GONZÁLEZ, Afonso Rumazo. *Simón Bolívar*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2006. MADARIAGA, Salvador de. *Bolívar*. México: Editorial Hermes, 1951. MASSUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. Cidade do México: Grijalbo, 1960. OSPINA, William. *En busca de Bolívar*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2010.

própria teria gerado instituições falhas que levaram às derrotas ante os espanhóis. Avalia Bolívar que os americanos são muito mais um composto de África e América que uma emanção da Europa, devendo, por isso, encontrar na sua própria realidade as bases de seu direito.

Após questionar quem é o americano, Bolívar indaga o porquê de a realidade ser assim e as possibilidades de mudança. Terra conquistada em uma guerra brutal e educada sob o despotismo, poderia a América pensar em um futuro independente sob a forma republicana? Bolívar acredita que sim e aponta a difusão da educação e a prática da virtude como os caminhos para atingir esse futuro de liberdade, que seria, em sua visão, um exemplo para toda a humanidade. Por fim, enfeixando as questões que o orientaram no seu exercício de viver e pensar a América, Bolívar se pergunta sobre a possibilidade de integração em liberdade, de construção de uma confederação de estados livres que, mais que unificar a América, seria o baluarte para o restabelecimento do “equilíbrio do universo” (impossibilitado pelo colonialismo) e a unificação de todos os países do mundo em uma comunidade cujo objetivo seria a manutenção da paz e da liberdade. Tais questões (a identidade, a construção das instituições republicanas e a integração) permanecem ainda hoje em discussão e, por isso, Bolívar consegue ser não apenas um personagem histórico heróico, que jaz em “impressionante túmulo de lucubraciones, ficciones e incluso consejas, poco menos que imposible de remover” (DAMAS, 1969, p. 39), mas também uma referência atual para o pensamento latino-americano.

FRAGMENTOS DA OBRA DE BOLÍVAR

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo Gobierno que confederase los diferentes estados que hayan de formarse; mas no es posible, porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de corinto para los griegos! ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar allí un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras partes del mundo. Esta especie de corporación podrá tener lugar en alguna época dichosa de nuestra regeneración. (Carta de Jamaica. BOLÍVAR, 2009, p. 84)

Nosotros ni aun conservamos los vestigios de lo que fue en otro tiempo; no somos europeos, no somos indios, sino una especie media entre los aborígenes y los españoles. Americanos por nacimiento y europeos por derechos, nos hallamos en el conflicto de disputar a los naturales los títulos de posesión y de mantenernos en el país que nos vio nacer, contra la oposición de los invasores; así nuestro caso es el más extraordinario y complicado [...] Tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo, ni el americano del Norte, que más bien es un compuesto de África y de América, que una emanación de la Europa; pues que hasta la España misma deja de ser europea por su sangre africana, por sus instituciones y por su carácter. Es imposible asignar

con propiedad a qué familia humana pertenecemos. la mayor parte del indígena se há aniquilado, el europeo se ha mezclado con el americano y con el africano, y éste se ha mezclado con el indio y con el europeo. Nacidos todos del seno de una misma madre, nuestros padres, diferentes en origen y en sangre, son extranjeros. (Discurso de Angostura. BOLÍVAR, 2009, p. 123)

¿Cómo, después de haber roto todas las trabas de nuestra antigua opresión, podemos hacer la obra maravillosa de evitar que los restos de nuestros duros hierros no se cambien en armas liberticidas? Las reliquias de la dominación española permanecerán largo tiempo antes que lleguemos a anonadarlas; el contagio del despotismo ha impregnado nuestra atmósfera, y ni el fuego de la guerra, ni el específico de nuestras saludables leyes han purificado el aire que respiramos. Nuestras manos ya están libres y todavía nuestros corazones padecen de las dolencias de la servidumbre [...] un gobierno republicano ha sido, es y debe ser el de Venezuela; sus bases deben ser la soberanía del pueblo: la división de los poderes, la libertad civil, la proscripción de la esclavitud, la abolición de la monarquía y de los privilegios. (*Discurso de Angostura*. BOLÍVAR, 2009, p. 130-131)

Después de quince años de sacrificios consagrados a la libertad de América por obtener el sistema de garantías que, en paz y guerra, sea el escudo de nuestro nuevo destino, es tiempo ya de que los intereses y las relaciones que unen entre sí a las repúblicas americanas, antes colónias españolas, tengan una base fundamental que eternice, si es posible, la duración de estos gobiernos. Entablar aquel sistema y consolidar el poder de este gran cuerpo político, pertenece al ejercicio de una autoridad sublime que dirija la política de nuestros gobiernos cuyo influjo mantenga la uniformidad de sus principios, y cuyo nombre sólo calme nuestras tempestades. (Convocatoria del Congreso de Panamá. BOLÍVAR, 2009, p. 211)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2009.

DAMAS, Germán Carrera. *Culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.

ZEA, Leopoldo. *Simón Bolívar, integración en libertad*. México: Edicol, 1980.